



CÂMARA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

ATA Nº 8/2014

----- Aos vinte e dois dias do mês de abril do ano dois mil e catorze, na sala de reuniões da Câmara Municipal de Rio Maior, realizou-se uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Rio Maior, sob a presidência de Isaura Maria Elias Crisóstomo Bernardino Morais, estando presentes os Vereadores, Carlos Fernando Frazão Correia, João António Lopes Cadoso, Ana Filomena e Silva Antunes Figueiredo, Carlos Alberto Nazaré Almeida e Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo. -----

----- JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS -----

----- A Presidente da Câmara justificou a ausência do Vereador Daniel Alexandre Pulquério Pinto por motivos profissionais. -----

----- Pelas dez horas e quinze minutos, verificando-se a existência de quórum, a Presidente da Câmara deu início aos trabalhos da presente sessão. -----

----- PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

----- APROVAÇÃO DE ATAS -----

----- Foi colocada a discussão e votação a ata n.º 7/2014 referente à reunião ordinária de 11 de abril. -----

----- Aprovada a ata n.º 7/2014 por unanimidade dos presentes. -----

----- DISPONIBILIDADES DE TESOURARIA -----

----- A Câmara tomou conhecimento que as disponibilidades de tesouraria relativas ao dia anterior eram as seguintes: -----

----- Operações Orçamentais: quinhentos e quarenta e seis mil, duzentos e oitenta e dois euros e dezoito cêntimos. -----

----- Operações não Orçamentais: cento e três mil, trezentos e setenta e quatro euros e oitenta e três cêntimos. -----

----- ASSUNTOS PARA CONHECIMENTO -----

----- GRUPO PARLAMENTAR DO PCP – AUDIÇÃO PÚBLICA PROPOSTA PELO PCP SOBRE A PRIVATIZAÇÃO DA EGF -----

----- ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS -----

----- VOTO DE AGRADECIMENTO DA FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE NATAÇÃO -----

----- RELATÓRIO DE CORTE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA NO PASSADO DIA 31/03/2014 À

CIDADE DE RIO MAIOR – CONSEQUÊNCIAS E RESOLUÇÃO -----

----- PROVIDÊNCIA CAUTELAR APRESENTADA PELO MUNICÍPIO DE LOURES SOBRE A PRIVATIZAÇÃO DA EGF -----

----- APELO EM DEFESA DA ESCOLA PÚBLICA -----

----- A Presidente da Câmara apresentou os assuntos para conhecimento de acordo com a documentação e prestou uma breve explicação sobre os mesmos. -----

----- INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO -----

----- VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Iniciou por se referir ao relatório dos procedimentos desenvolvidos para a resolução do problema da rotura da conduta de água. Registou com agrado a forma minuciosa como o relatório foi feito e a intervenção por parte dos serviços técnicos da câmara e do executivo num assunto extremamente delicado, não só pela rapidez mas também pela eficácia, pela eficiência e pelo detalhe com que o relatório está feito relativamente aos procedimentos, às dificuldades e à forma como foram vencidos. Solicitou que lhe fosse prestada informação, em tempo oportuno, dos custos desta operação. Deixou também, do ponto de vista da Coligação Democrática Unitária, um regozijo pela capacidade dos trabalhadores da câmara, dos técnicos e do executivo no sentido de resolver um problema de tamanha dificuldade, do qual a população praticamente nem se apercebeu da dificuldade e do perigo que estávamos a correr. ---

----- Referiu-se também à centralidade de uma nova discussão relativa à EGF e que o Partido Comunista Português considera que a privatização destes serviços é um atentado ao 25 de Abril, ao poder local democrático e à sua autonomia e que, nesse sentido, há que fazer alterar esta decisão, todos os municípios em conjunto e acima de tudo todos os autarcas através da participação ativa em todos os meios legais e constitucionais possíveis para impedir a apropriação por parte de privados. Continuou dizendo que se trata de dinheiro público e que está provado que a privatização dos resíduos sólidos urbanos não só não tem resultado em outros países como é uma fonte de financiamento para privados levando ao aumento das taxas e à diminuição da qualidade da prestação de serviços. Acrescentou ainda que nestes últimos vinte anos as autarquias deram um exemplo notável da forma como é possível conciliar uma prestação de serviços de qualidade, a defesa do ambiente e a defesa dos interesses das populações, e apelou a que todos os autarcas do concelho de Rio Maior possam estar juntos na defesa da EGF. -----

----- VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Iniciou por se referir aos setores das águas e dos resíduos dizendo que gostaria de realçar a posição que a Câmara de Rio Maior tem vindo a tomar no sentido de se unir nas associações onde participa, na defesa destes projetos, e disse ter a convicção que só assim se conseguirá levar a bom termo a dura negociação com o Governo. Considerou que a posição de uma associação de municípios é diferente da posição de uma câmara isolada. Disse ter conhecimento que este tem sido o caminho seguido pela Câmara Municipal de Rio Maior e reforçou que esse é o caminho que tem sugerido e que, em seu entender, é o caminho correto. -----

----- Disse ainda que na última reunião de Câmara teve oportunidade de enaltecer a capacidade que o executivo teve na resolução do colapso da conduta de água e reconheceu e enalteceu a qualidade do relatório que veio para conhecimento de uma forma perfeitamente nítida e clara, transpondo todos os passos todos que foram dados e que correspondem rigorosamente àquilo que o executivo, que a maioria, transmitiu quando deu conhecimento da emergência. Congratulou-se por este relatório vir para conhecimento à Câmara porque considera que esta é a forma de todos estarem ao corrente de que foi uma emergência, que teve que ser resolvida, que existiram custos e que todos são solidários na resolução e na assunção destes compromissos urgentes e necessários. -----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Considerou que o facto de se dar conhecimento do relatório de uma situação de emergência, serve para todos poderem fazer a defesa, perante os cidadãos, porque muito embora a grande maioria nem se tenha apercebido do problema, para aqueles que sentiram foi, seguramente, uma situação desagradável e, assim sendo, deve ser explicada perante todos para que todo o executivo possa, em situação de ser confrontado com o problema que aconteceu, poder também ter essa informação para poder esclarecer e de alguma forma se perceber também que, quando estas situações surgem, a questão dos fundos disponíveis ou a questão financeira é uma questão de menor e tem que se encontrar sempre soluções. -----

----- **VEREADORA ANA FILOMENA E SILVA ANTUNES FIGUEIREDO** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Deu conhecimento que a petição em defesa da escola pública tem por objetivo não só ser subscrita ou não pelo executivo mas também por outros órgãos que a queiram subscrever. Disse que no entanto nesta reunião vem apenas para conhecimento porque já tinha sido concluída e fechada a agenda e que posteriormente virá para deliberação. Relembrou que o município de Rio Maior sempre foi muito colaborante com a tutela, com o Ministério da Educação e sempre fez tudo o que

esteve ao seu alcance para melhorar as condições de educação dos jovens. Considerou ser de todo o interesse defender a escola pública que ao longo de quarenta anos tem sido uma bandeira da democracia e que nada mais faz sentido senão a sua defesa. -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Questionou se a petição virá então numa das próximas reuniões para subscrição.-----

----- **VEREADORA ANA FILOMENA E SILVA ANTUNES FIGUEIREDO** -----

----- Confirmou que o assunto será agendado para deliberação para uma próxima reunião. -----

----- **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Chamou à atenção para o facto de estarmos a três dias do 25 de Abril e para o facto de se viver um tempo em que a vida da maioria dos portugueses não é fácil e em que se tenta branquear a ditadura fascista que levou à prisão de milhares de portugueses, onde muitos perderam a vida por terem opinião diferente, com milhares de mortos e deficientes da guerra colonial, e onde em pouco mais de uma década se perdeu para a emigração mais de um milhão de portugueses, de tal forma que quando se deu o 25 de Abril Portugal era o pior país em todos os índices de desenvolvimento humano. Continuou dizendo que o 25 de Abril é um dos momentos mais luminosos da história de Portugal relativamente aos direitos do ser humano e que muito se deve a esse acontecimento colocando-se a relevante questão de como é que depois de trinta e sete anos de políticas contra a constituição e contra os ideais de Abril, ainda se continua a sonhar e a permitir que esses valores da revolução de Abril se possam consagrar e considerou que isso só vai ser possível se todos juntarem esforços para derrotar estas políticas. -----

----- Solicitou esclarecimentos sobre uma reunião com o Ministério da Saúde, sobre a loja do cidadão, se existem problemas de obra, e para quando está prevista a inauguração e ainda sobre as decisões da Assembleia às quais ainda não foi dado cumprimento, designadamente à atribuição do nome de Silvino Sequeira ao parque desportivo, à homenagem a Marcolino Nobre e à colocação dos topónimos com os nomes de Eugénio de Andrade, José Saramago e Álvaro Cunhal. -----

----- No âmbito do programa das comemorações do 25 de Abril solicitou esclarecimentos acerca do lançamento de um livro sobre os presidentes de câmara de 1910 a 1974, nomeadamente quem é o seu autor e o porquê do seu lançamento. Referiu ainda que os presidentes da ditadura não eram presidentes eleitos, eram

membros do único partido que era permitido, a Associação Nacional Popular, eram homens com alguma responsabilidade da PIDE, e questionou o que é que leva ao lançamento deste livro e quais são os critérios considerados para a sua edição. -----

----- **VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA** -----

----- Afirmou que a Câmara apresenta um programa de comemorações do 25 de Abril vasto e recheado de atividades mas que, a seu ver, falha no pouco destaque dado à sessão solene que considera como o momento alto das comemorações. Considerou que o poder local tem a responsabilidade de fazer notar a importância do 25 de Abril e que a sessão solene é esse momento aparecendo, neste programa, como uma outra qualquer atividade, tão destacada como o lançamento do livro dos presidentes de Câmara de 1910 a 1974 e como o programa de voluntariado nas instituições. Considerou que esse momento não tem a distinção necessária como sessão solene e como o momento que dignifica, que une os riomaiorenses independentemente dos partidos, independentemente das posições políticas. Disse compreender a intenção da Câmara apresentando um programa repleto de atividades para dignificar o 25 de Abril mas considerou que sem o devido destaque, sem o devido programa para a primeira de todas as atividades, a mais importante de todas as atividades, que é a sessão solene, que representa a união do poder democrático eleito para comemorar, não é, em seu entender, um programa certo para as comemorações do 25 de Abril. -----

----- **VEREADORA ANA FILOMENA E SILVA ANTUNES FIGUEIREDO** -----

----- Lembrou que no mês de abril se completaram noventa anos sobre a deliberação de Câmara para a criação da escola Comercial e que para assinalar essa data a Câmara Municipal de Rio Maior e a Escola Secundária irão dar início às comemorações de tal decisão com uma exposição a inaugurar no final do mês de maio nas novas instalações da Escola Secundária de Rio Maior. Convidou todos os presentes para a inauguração da mesma e também para uma visita à escola que tem sido alvo de curiosidade muitos dos riomaiorenses, não só pelas grandes obras feitas na mesma mas também por tudo o que se tem dito sobre estas intervenções nas escolas secundárias de todo o país. Acrescentou ainda que esta exposição irá fazer uma retrospectiva da escola comercial desde a sua criação até aos nossos dias e que as comemorações terminarão em setembro com uma exposição alusiva à evolução do ensino em Rio Maior a realizar na Biblioteca Municipal e que para a qual solicitou a colaboração de todos os riomaiorenses com a cedência de materiais e recordações que possam ter, permitindo dessa forma realizar uma exposição que espelhe a educação no nosso concelho. Aproveitou o momento para apelar à colaboração de todos para que a exposição seja efetivamente uma mostra real e fidedigna da

educação no nosso concelho. -----

----- **VEREADOR JOÃO ANTÓNIO LOPES CANDOSO** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Interveio para se referir à Semana da Juventude que está a iniciar e ao entusiasmo de todos os intervenientes na mesma e referiu também que esta semana está englobada nas Comemorações do 25 de Abril permitindo integração destas duas atividades. Salientou algumas das atividades mais relevantes da semana e em especial para aquelas que se irão realizar no dia 25 de Abril. Acrescentou que esta semana da juventude não é só uma organização da Câmara Municipal de Rio Maior mas também de todas as organizações juvenis do concelho que quiseram participar e que aderiram de uma forma massiva e com grande empenho e considerou que deve ser esta a política de juventude a seguir com os jovens e para os jovens. -----

----- **VEREADOR CARLOS FERNANDO FRAZÃO CORREIA** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Iniciou por se referir às comemorações do 25 de Abril dizendo que desde 1974 nunca houve no concelho de Rio Maior umas comemorações tão alargadas integrando não só a juventude como outras ações como aquelas que irão ter lugar este ano. Disse tratar-se do programa possível e escolhido e que a importância da sessão solene é subjectiva já que o que realmente importa é viver o 25 de Abril e ainda mais importante vivê-lo com o envolvimento da juventude nos dias de hoje. -----

----- Relativamente à decisão do lançamento do livro alusivo aos presidentes de câmara anteriores ao 25 de Abril esclareceu que anteriormente tinha já sido editado um livro sobre os presidentes de câmara do pós 25 de Abril e que agora se tentou fazer alguma história dos antecedentes a esta data com factos relevantes do concelho e homenageando de alguma forma aqueles que, independentemente de serem eleitos ou não, fizeram muita coisa em prol do concelho de Rio Maior. Disse ainda que tudo tem a sua razão histórica, tudo tem o seu enquadramento e que infelizmente o concelho é pobre e com poucos registos sobre a história de Rio Maior. Agradeceu, por isso, a todos aqueles que participaram e colaboraram na pesquisa e elaboração do livro que contribuíram para fazer o retrato de um passado que não é assim tão longínquo. -----

----- No que se refere às questões colocadas informou que o busto do Senhor Marcolino Nobre está a ser executado prevendo-se que no feriado municipal possa vir a ser colocado e que em relação à Loja do Cidadão houve realmente algumas infiltrações mas estão já a ser reparadas pela empresa que fez a obra. -----

----- Agradeceu em seu nome pessoal e dos trabalhadores da câmara os elogios feitos à resolução da situação do colapso da conduta de água e à resolução do mesma e salientou que esta é a prova que independentemente dos cortes salariais o empenho de todos na resolução ficou bem patente nesta situação evitando uma situação de calamidade pública. -----

----- Relativamente ao relatório distribuído acerca dos resíduos sólidos urbanos disse é notória a diminuição de resíduos com a situação que o país e o concelho de Rio Maior atravessam, passando-se de oito mil setecentas e trinta toneladas recolhidas em 2009 para sete mil quinhentas e quarenta e seis toneladas em 2013 o que, consequentemente, representa uma diminuição no consumo. -----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Acrescentou em relação à Loja do Cidadão que não existe ainda uma data prevista para a abertura e que, neste momento, se encontram a ser resolvidas um conjunto de situações de obra e da instalação da loja e que os trabalhos estão a decorrer dentro da normalidade e que, eventualmente, dentro de cerca de dois meses as situações possam estar todas sanadas e a loja pronta para receber todos os serviços que lá se irão instalar. -----

----- Acerca da reunião com o Ministro da Saúde e respetivos Secretários de Estado, informou que esta serviu para informar e explicar a situação que se passa no país, a falta de médicos para assegurar os cuidados primários de saúde, os procedimentos concursais abertos e que têm ficado desertos, o facto de não ter sido aberto nenhum concurso para a Comunidade da Lezíria do Tejo, uma proposta ainda em análise acerca da possibilidade de os médicos reformados poderem continuar a assegurar a prestação destes cuidados e ainda que esta reunião serviu essencialmente para explicar um pouco a situação que se passa com a saúde e a reforma hospitalar que está regulamentada, ficando agendada nova reunião com Secretário de Estado para analisar em particular a situação da falta de médicos no concelho de Rio Maior, sabendo que a Câmara se tem substituído de alguma forma à administração central no que se refere a cuidados ao domicílio e na colocação de médicos para assegurar uma das unidades do centro de saúde. -----

----- Acerca da edição do livro disse que se trata de um livro que retrata um período da história do concelho e sobre as comemorações do 25 de Abril e da Semana da Juventude considerou que a melhor forma de defender os ideais de Abril é a transmissão, a passagem e o envolvimento dos jovens nas mesmas. No que respeita à sessão solene disse que a mesma aparece com o mesmo destaque que um conjunto de outras atividades no programa mas que o que se pretende é dignificar o

aniversário dos quarenta anos sobre esta data, a sessão solene, esperando que não aconteça o que tem acontecido nos últimos anos, ou seja, estarem presentes pouco mais do que alguns membros da Assembleia Municipal e que esta venha a ser uma cerimónia participada. -----

----- **VEREADORA ANA FILOMENA E SILVA ANTUNES FIGUEIREDO** -----

----- Relativamente à atribuição dos topónimos informou que ainda não foi feita, assim como também não o foram outras sugestões existentes. Acrescentou que não está ainda constituída a Comissão de Toponímia não havendo, por isso, desenvolvimentos sobre o assunto. -----

----- **ORDEM DO DIA** -----

----- **PONTO I - DESPACHOS AO ABRIGO DO DISPOSTO NO N.º 3 DO ARTIGO 35º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO** -----

----- Não foram presentes despachos para ratificação. -----

----- **PONTO II – PEDIDO DE RECEÇÃO PROVISÓRIA DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO REFERENTES AO ALVARÁ DE LOTEAMENTO N.º 1/2006 E DE REDUÇÃO DE GARANTIA DE GARANTIA BANCÁRIA EM NOME DE JOÃO MANUEL CORREIA COLAÇO** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é receber provisoriamente as obras de urbanização referentes à operação de loteamento titulada pelo alvará n.º 1/2006 e reduzir o valor da caução até 90% do montante inicial, deixando um remanescente de 10% para garantia das mesmas. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **PONTO III - CERTIDÃO DE AUMENTO DE COMPARTES DE PRÉDIO SITO EM LAVANDEIRAS, SÃO JOÃO DA RIBEIRA EM NOME ANA MARIA DUARTE BELO** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é certificar que não há inconveniente na realização do negócio jurídico pretendido, desde que daí, no que respeita a loteamento e destaques, não resulte qualquer violação às disposições legalmente aplicáveis. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **PONTO IV - 1ª REVISÃO AO ORÇAMENTO DA RECEITA/ORÇAMENTO DA DESPESA E 1ª REVISÃO ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é submeter à aprovação da Assembleia Municipal a 1ª Revisão ao Orçamento da Receita/Orçamento da Despesa e 1ª Revisão às Grandes Opções do Plano. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **PONTO V - ACEITAÇÃO DE DOAÇÃO DE ARTIGO URBANO N.º 36 DA FREGUESIA DE ALCOBERTAS – ESCOLA PRÉ-PRIMÁRIA DE TEIRA** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é aprovar a aceitação da doação feita por parte de Maria Celeste dos Santos Nogueira, Jaime Lopes dos Santos e Cabeça de Casal da Herança de António Lopes ao Município de Rio Maior de um prédio urbano, constituído por casa de arrecadação, sito em Teira, freguesia de Alcobertas, com a área de 35 m², inscrito na matriz predial urbana sob o artigo matricial n.º 36 e omissa na Conservatória do Registo Predial de Rio Maior, com o valor patrimonial tributário de 1 480,00€ (mil quatrocentos e oitenta euros). -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Disse tratar-se de uma situação de regularização mas deixou o registo de que é bom voltarmos a assistir a pessoas a doarem ao erário público mesmo nos tempos que atravessamos. Afirmou que estas pessoas deviam ter outro tipo de tratamento e que, estes sim, deviam fazer parte da história de Rio Maior já que muito do que somos hoje se deve exatamente às dívidas que outros fizeram ao erário público e ao serviço público. Congratulou-se por esta regularização particularmente por atravessarmos um momento em que o Estado cobra impostos de forma doentia e pouco mais. Indicou o sentido de voto como favorável e disse esperar que mais situações destas venham a ser regularizadas. -----

----- **VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA** -----

----- Referiu que o que está em causa é a regularização de um património privado sendo que o bem em causa já foi doado ao município há já muitas décadas e que se efetivamente tiver que haver um reconhecimento será às pessoas que na altura doaram o bem. Disse que neste momento se trata apenas de uma regularização dos bens particulares e que apenas se pode resolver desta forma. -----

----- **VEREADOR JOÃO ANTÓNIO LOPES CANDOSO** -----

----- Esclareceu que existe muito património do município que não está regularizado e

que este é um desses casos. Trata-se do terreno onde está implantada a escola pré-primária de Teira E que em termos de registo não estava regularizada a situação para o nome do Município. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **PONTO VI – EMPREITADA DE CONSTRUÇÃO DO CENTRO ESCOLAR N.º 1- PROCESSO N.º 96/2008/DCC – CORREÇÃO DE DEFEITOS – EXECUÇÃO DE CAUÇÃO** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é autorizar a execução dos trabalhos em causa através da adjudicação a uma empresa de construção civil, recorrendo à execução da caução prestada pela agora Massa Falida “Alcoaires – Sociedade de Construção Civil e Obras Públicas, Lda.”, pelo montante estritamente necessário para satisfazer os custos suportados pelo Município. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **PONTO VII – PEDIDO DE FINANCIAMENTO NO ÂMBITO DO PROGRAMA DE GENERALIZAÇÃO DO FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES ESCOLARES AOS ALUNOS DO 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO – ANO LETIVO 2013/2014** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é aceitar o valor imposto pela DGEstE de 0,16€ refeição/aluno e autorizar que se proceda à substituição dos dados inseridos na plataforma informática, nomeadamente no que se refere ao valor da comparticipação, para que a candidatura seja aprovada pelo Ministério da Educação e posteriormente assinada a Adenda ao Contrato-Programa, que altera o valor da comparticipação para o presente ano-letivo, a conceder pela DGEstE. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADORA ANA FILOMENA E SILVA ANTUNES FIGUEIREDO** -----

-----Referiu que este assunto já tinha vindo à Câmara com a proposta do município de 0,34 € refeição/aluno e que, logicamente, os valores introduzidos na plataforma foram esses. Esclareceu que a DGEstE não aceitou os valores introduzidos justificando que os custos de utilização de uma plataforma não podem ser aqui incluídos e que também o facto de existirem ainda escolas com um número muito reduzido de alunos faz com que os custos com o pessoal se tornem muito elevados. Disse terem sido estas as justificações dadas e que o valor atribuído pela DGEstE foi só o de 0,16€ por refeição, havendo, por isso, a necessidade de alterar a informação na plataforma

antecedida por decisão da Câmara. -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Disse estarmos a assistir aquilo que é a política deste Governo que persiste em atirar com as responsabilidades para as autarquias. Indicou o sentido de voto desfavorável, não contra a tentativa de resolução mas sim porque se trata de um voto político. Considerou que não é concebível que se transfiram competências e responsabilidades num setor crucial como a educação sem os meios necessários. Afirmou que estamos a assistir à municipalização da educação sem qualquer contrapartida transferindo-se a responsabilidade e o pessoal enquanto a contrapartida financeira e cada vez menos chegando ao ponto de apenas se transferir quase 50% do valor que a Câmara entendeu ser necessário para fazer face ao serviço de refeições. Reforçou o seu voto contra e afirmou que a Coligação Democrática Unitária estará sempre contra a tentativa do Estado Central delegar os problemas da educação no Município sem contrapartidas. Considerou ainda que a gravidade da situação é que isto se vai cada vez mais desvalorizar a escola pública e valorizar cada vez mais a escola privada, transformando a primeira numa escola de segunda categoria em vez de funcionar como um impulsionador social enquanto os colégios privados, pagos com os impostos de todos, serão para as elites. -----

----- **VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA** -----

----- Disse que a sua vontade era também votar contra e que só não o fará porque se o fizer ainda prejudica ainda mais o Município de Rio Maior. Indicou o sentido de voto favorável mas com uma declaração de voto porque também não pode admitir que a administração central trate a administração local desta forma. Acrescentou que é defensor que este tipo de matérias e respostas sejam tratadas a nível associativo, sendo esta uma matéria para a Associação Nacional de Municípios Portugueses tratar para que cada autarquia não esteja isolada numa posição mas sim num conjunto, porque considera que só assim é que haverá condições de dialogar com o governo. ---

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes com um voto contra. -----

----- Declaração de Voto do **Vereador Carlos Alberto Nazaré Almeida subscrita pelo Vereador Carlos Fernando Frazão Correia**, que se transcreve na íntegra: -----

----- “Votei favoravelmente esta proposta para não prejudicar mais o Município de Rio Maior porque efetivamente precisa desta aprovação para ter condições de receber a verba a que tem direito, a verba a que tem direito não, apenas uma parte da verba a que teria direito. De forma que é importante que o Município junto com outras

entidades a nível de associação de municípios encontre a forma de contrariar o Governo nestes propósitos.” -----

----- **PONTO VIII – MOVIMENTO ANUAL DA REDE ESCOLAR PARA 2014/2015 – EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR E 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é aprovar a alteração da tipologia da EB1 e ao JI de Asseiceira para EB1/JI de Asseiceira, bem como, manter em funcionamento aquela Escola do 1º Ciclo do Ensino Básico no ano letivo 2014/2015. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADORA ANA FILOMENA E SILVA ANTUNES FIGUEIREDO** -----

----- Relativamente a este assunto propôs que, considerando estar agendada uma reunião em abril sobre a rede escolar para o ano letivo 2014/2015, fosse aceite a deliberação como foi agora apresentada e não como inicialmente se propôs retirando da deliberação o ponto relativo à redefinição da área de influência dos dois agrupamentos ficando apenas para deliberação a redefinição da tipologia do jardim-de-infância e 1º ciclo de Asseiceira e a manutenção em funcionamento da escola do 1º ciclo da Asseiceira. -----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Informou que a reunião será efetivamente para ser analisada a rede pré-escolar e do 1º ciclo do Município. -----

----- **VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA** -----

----- Sugeriu que, visto apenas se ir aprovar parte do ponto inicialmente apresentado por uma questão de cumprimento de prazos, a outra parte que se refere à área de influência dos agrupamentos viesse a reunião de Câmara com o parecer dos órgãos das escolas porque considera que será importante que as entidades ligadas à educação no concelho, que também têm responsabilidades, dessem opinião nesse âmbito. -----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Informou que as posições das direções dos estabelecimentos já fazem parte da documentação apresentada e que após a reunião agendada será verificado se haverá alguma alteração às mesmas antes de ser presente a reunião de Câmara. -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Intervenção transcrita na íntegra por solicitação do próprio. -----

----- “Eu estou de acordo que a tipologia de jardim-de-infância da Asseiceira e escola do 1º ciclo do ensino básico passem para a sua nova tipologia como complexo escolar

JI/EB1 por muitas por razões, nomeadamente no que tem a ver com a gestão de recursos humanos, nomeadamente com a modelação dos horários adequados às necessidades da população, mas também por uma outra razão que temos vindo a perceber ao longo do tempo. A freguesia de Asseiceira é a única freguesia do mundo rural que cresceu nos últimos vinte anos, tirando a cidade é a única que cresceu, e cresceu significativamente. O que é que está a acontecer? Está a acontecer que os seus filhos, os filhos das pessoas que lá compram casa vêm para Rio Maior trabalhar ou quando não vêm para Rio Maior vão para os espaços limítrofes e diminuíram o número de alunos quer no jardim-de-infância quer no 1º ciclo, muitos deles, inventariados estão mais de dúzia e meia, jovens em idade pré-escolar e escolar do 1º ciclo que estão no concelho de Rio Maior, porque o próprio Governo não cumpriu a lei que ele próprio fez. Não tenho nada contra os privados, sou professor, comecei há dezassete anos no privado, comecei a dar aulas no ensino particular em Rio Maior, mas o que acontece é que o ensino privado na Constituição da República Portuguesa seria um ensino supletivo e complementar da educação pública. O que está a acontecer é que o horário adequado para os pais está ao lado, não está na escola pública. Daí que seja necessário também na gestão da escola pública, na gestão e na responsabilidade que temos, tentar adequar o mais possível os horários de funcionamento das escolas e dos jardins-de-infância da rede pública às necessidades dos horários de trabalho dos pais. Aqui fica uma nota, quero que fique em ata, registado, a recetividade demonstrada quer pela Senhora Vereadora, quer pela Senhora Presidente e com a equipa técnica nomeadamente de adequar a realidade da escola, e agora digo, do complexo escolar EBI/JI da Asseiceira a uma escola de excelência com capacidade de atração, se não correremos o risco de um destes dias a carta educativa do concelho de Rio Maior não ser necessária concretizar o centro escolar para a zona de Vale de Óbidos e Asseiceira. Esta questão é central na escola pública e ao defendermos a escola pública não pode ser só com palavras tem que ser com a adequação dos horários, com a qualidade e excelência, com os pais sentirem-se perfeitamente integrados no sentido de responder às suas necessidades. Portanto eu voto esta proposta de alteração da tipologia da rede escolar do jardim-de-infância e 1º ciclo de Asseiceira, fazendo votos que em breve possamos redefinir, isso sim, a carta educativa como diz o segundo ponto.” -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **PONTO IX – INSTRUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS 2013 - ESCOLA PROFISSIONAL DE RIO MAIOR** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é aprovar os Instrumentos de prestação de Contas 2013 da Escola Profissional de Rio Maior. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Iniciou por registar o pormenor e o rigor com que foram disponibilizados à vereação todos os dados. Antes de colocar duas questões que resultam, não da opção da Escola Profissional mas do atual enquadramento do setor empresarial local, disse que uma das preocupações nos próximos tempos é o facto de a Escola Profissional correr o risco de acabar com o POPH face ao modelo imposto pelo Governo, dada a sua dependência de fundos comunitários. Apontou ainda o facto de se perceber no relatório que já nem a palavra professor existe na Escola Profissional, são formadores a tempo inteiro e formadores a tempo parcial, e, em seu entender, a escola pressupõe sempre a existência de docentes, caso contrário é uma escola de formação igual a tantas outras e não uma escola no sentido do ensino profissional. Continuou dizendo que não é isso que está em questão e que estão cumpridas as obrigações relativas à DGAL e as condições previstas na lei. Solicitou que lhe fossem esclarecidas as questões levantadas no parecer do fiscal, nomeadamente no que respeita à reserva colocada acerca da titularidade dos terrenos onde está implantado o edifício da escola e ao ênfase dado no parecer à alteração jurídica da empresas municipais e ao facto de poderem vir a estar em causa as operações futuras, não obstante o Conselho de Gerência ter a convicção que as escolas profissionais não estão incluídas nesse âmbito. Questionou ainda, do ponto de vista pedagógico, porque é que nos cursos 53 e 54 classificados como Manutenção Industrial, Frio e Climatização, o nível de desistência é tão elevado. -----

----- **VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA** -----

----- Relativamente ao relatório disse que as contas continuam a executadas com profissionalismo, clareza e transparência e que esta escola continua a ser um orgulho. Referiu que existem, no entanto, algumas dúvidas como a definição clara da existência jurídica da escola profissional, se é uma empresa municipal, qual o estatuto dos seus funcionários e ainda outras incertezas que pairam sobre a escola do ponto de vista jurídico da sua designação e do seu funcionamento. Relativamente à situação dos terrenos disse que deve ser uma preocupação consequente do esclarecimento da anterior questão jurídica, porque efetivamente os terrenos eram do município e que foi a Câmara Municipal que tutelou a candidatura aos fundos comunitários para fazer a escola. Considerou que aquilo que era importante era saber-se em que condições é

que fica esta escola diferente da escola tradicional, que tem formadores sim e que só se afirma pela diferença desde o início tendo sido feita para formar técnicos intermédios e ser a resposta ao solicitado pelo tecido empresarial local e regional. Disse que, em seu entender, que o futuro da escola depende da resposta que for capaz de dar ao que a região precisa. Indicou o sentido de voto favorável manifestando a preocupação que o município acompanhe o evoluir jurídico da definição das condições de existência da Escola Profissional e que neste cenário de empresa pública no setor empresarial local, com esta legislação, terá muitas dificuldades em prosseguir os objetivos para que foi criada. -----

----- **VEREADOR CARLOS FERNANDO FRAZÃO CORREIA** -----

----- Agradeceu desde logo pelo trabalho de excelência apresentado e reforçou a qualidade da Escola Profissional, desde o seu início, na formação técnica de jovens. Salientou ainda que a ligação entre a Câmara Municipal, a Associação Empresarial do Concelho, a Associação de Produtores Agrícolas e a Escola Profissional tem permitido que esta tenha resultados de excelência relativamente ao emprego, que tem vindo a ser consecutivo para todos os alunos. Relativamente à situação dos terrenos esclareceu que estes são pertença de vários proprietários, entre os quais o Ministério da Educação, e que efetivamente a Câmara não tem tido capacidade para proceder aos registos dos terrenos, não por falta de interesse mas pelas dificuldades na sua resolução. -----

----- **DR. BENTES DA SILVA - DIRETOR FINANCEIRO DA ESCOLA PROFISSIONAL DE RIO MAIOR** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Relativamente às questões colocadas disse que de facto a escola de há três anos a esta parte teve uma grande alteração no seu enquadramento jurídico e existe neste momento a interrogação se se trata de uma empresa pública de direito privado ou se é uma empresa privada de direito público. Disse ser uma questão que será discutida em sede própria e que tecnicamente se tem tentado dar resposta às questões mais prementes, como a adequação dos estatutos decorrentes das sucessivas alterações legislativas e o cumprimento das imposições legais de âmbito financeiro e de gestão. Esclareceu que a ênfase dada pelo revisor de contas no âmbito do artigo 62º, resulta de uma legislação que coloca várias questões e que inclusive já se realizaram várias reuniões sobre a matéria ainda sem cabal esclarecimento, e que o que acontece é que enquanto a lei existir a escola estará sujeita a ela e o fiscal único irá sempre fazer este ênfase assim como é sempre apresentada a reserva a respeito dos terrenos. Salientou o trabalho que ao longo dos anos tem vindo a ser desenvolvido

pela escola Profissional e que contribui, pela sua existência, com mais de um milhão de euros na economia local e que injecta diretamente na economia familiar dos alunos mas de duzentos e cinquenta mil euros por ano. Afirmou que a escola forma alunos que se espalham pela Europa, desenvolve trabalho social e que em relação aos fundos comunitários estes foram totalmente assegurados para o novo quadro. Quanto à questão das desistências esclareceu que as mesmas penalizam a escola financeiramente e que se tem tentado evitar estas situações, no entanto, trata-se de situações de interesse pessoal dos alunos em que a escola não pode interferir. -----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Acrescentou que, não obstante existirem essas desistências, a taxa de abandono escolar no concelho é de apenas 2% e que relativamente a este relatório mais importante que a legislação e pareceres é o facto de a escola ao longo de todos estes anos ter trabalhado sempre no caminho da excelência e dos bons resultados e que aquilo que mudou foi todo o enquadramento legal a que estão sujeitas estas escolas. Disse ainda que estas questões têm sido amplamente debatidas e que foram elaborados até alguns pareceres sobre a matéria. Reforçou que a Escola Profissional, para além dos técnicos intermédios, forma também alunos que seguem para o ensino superior e endereçou à direção da escola, na pessoa do seu diretor financeiro, um voto de confiança em todos aqueles que estão ligados a esta escola e o reconhecimento pelo empenho de todos. Referiu ainda que se tem ouvido que o âmbito do novo quadro comunitário é orientado para os resultados e que, assim sendo, os da Escola Profissional estão bem demonstrados. -----

----- (O Vereador João António Lopes Cadoso ausentou-se da sala durante a votação por estar impedido de votar.) -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **PONTO X – RELATÓRIO E CONTAS 2013 – DESMOR, EM, SA** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é que o sentido de voto do representante da Câmara Municipal de Rio Maior na Assembleia Geral da empresa seja favorável à aprovação do Relatório e Contas do ano de 2013. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA** -----

----- Iniciou por dizer que a Desmor nasceu na Câmara Municipal de Rio Maior, que os seus primeiros estatutos foram aprovados pela Assembleia Municipal, e que o poder local em Rio Maior encontrou forma de criar uma empresa municipal que fosse uma

extensão da sua atividade capaz de responder aos novos desafios. Continuou dizendo que hoje a Câmara Municipal e a Assembleia Municipal de Rio Maior não controlam de uma forma efetiva a Desmor por força desta legislação e que a Câmara se limita a aprovar o sentido de voto que o seu representante na Desmor tomará. Afirmou não estar de acordo com isso e que nesse sentido, não sendo um voto contra o trabalho de excelência que tem sido feito na Desmor é um voto contra estes instrumentos políticos de gestão que tiram ao poder local toda a capacidade de intervir nas empresas municipais que criou. Indicou o sentido de voto como abstenção como forma de protesto contra esta legislação que retirou ao poder local a possibilidade de se expressar da forma que devia. -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Disse estarmos perante um documento do qual regista o rigor, a eloquência dos dados que só quem não quer é que não percebe, apontando que isto deveria ser uma característica da gestão autárquica. Referiu que os dados relativos à gestão são claros e fez registar em ata toda a disponibilidade que lhe foi sempre franqueada, quer seja em relação a qualquer pergunta feita ao nível dos técnicos e dos responsáveis pela empresa, na visitação à empresa e na disponibilização de dados de maior ou menor pormenor. -----

----- No entanto, reforçou que as políticas governamentais têm vindo a mostrar um enorme desrespeito pelo poder local, começando pela EGF, passando pela escola pública, pela Escola Profissional, pela Desmor, pelo relatório de contas da Câmara Municipal e considerou que aquilo que acontece é que o Estado está a transformar-se num mandante, sem respeito pela autonomia do poder local inviabilizando muitas vezes a concretização do voto popular e, por isso, este Governo não serve nem a democracia nem o 25 de Abril. Continuou dizendo que mesmo com todas estas incongruências o que tem vindo a acontecer é que a vida pública consegue permitir que em casos de tanta dificuldade e tanto estrangulamento se possam criar saídas e alternativas possíveis e viáveis e o exemplo da Desmor nos últimos quatro anos é exatamente isso. Disse estar contra a legislação, aliás na altura da criação a empresas municipais o objetivo político do governo de então foi o de criar emprego para favorecer alguns e fugir ao controlo democrático e considera que é o que está a acontecer, já que a votação que será ir fazer é no sentido de legitimar a Presidente da Câmara, que foi democraticamente eleita, para levar o seu voto para uma assembleia geral da qual a Câmara é totalmente proprietária em capital o que revela que a Câmara não manda naquilo que é detentora, o que é uma incongruência do 25 de Abril e também uma incongruência da liberdade e da democracia. Terminou

dizendo que registou com agrado a capacidade de encontrar novos caminhos e que esta gestão põe em evidência que há caminho para as empresas municipais e que a busca de novos mercados coloca novas exigências à Desmor. Evidenciou que os dados são evidentes e o rácio de dependência da Câmara é abaixo de 28%, cumprindo a nova legislação, garantindo assim a viabilidade da empresa. No entanto, chamou para a necessidade imperiosa de estes resultados serem interiorizados pela população do concelho de Rio Maior já que a imagem mental e social que está na população de Rio Maior relativamente à Desmor não é a que os seus dados de gestão traduzem, o que, em seu entender, revela que é necessário investir, por parte de todos, na qualificação de excelência do trabalho e dos serviços prestados pela Desmor. Considerou também que há a necessidade de centrar a atividade no mercado nacional e potenciar o mercado internacional. Fez notar que em todos os documentos, e bem, é referida a preocupação da gestão em nunca considerar o trabalho como terminado, e que há ainda muito por fazer nomeadamente no que respeita aos trabalhadores. Reforçou que o mercado nacional é o caminho assim como o desenvolvimento da imagem como capital do desporto em Portugal, não permitindo que algumas novas terras se queiram assumir como tal. Salientou que devem ser abertos caminhos novos para a colaboração com o movimento associativo designadamente na realização de eventos de nível distrital, regional, nacional e internacional, dando aos dirigentes das coletividades a possibilidade de formação numa perspetiva de autonomia e capacidade realizadora. Terminou dizendo que o relatório revela um saldo positivo e uma gestão cuidadosa de um património que Rio Maior se deve orgulhar. Indicou que, mesmo estando contra as leis que levam à desqualificação do poder local, o sentido de voto como favorável. -----

----- **VEREADOR CARLOS FERNANDO FRAZÃO CORREIA** -----

----- Iniciou por se referir a uma notícia de uma posição tomada pelo Partido Socialista de Rio Maior onde referem que o atual executivo da maioria não continuou a valorizar a marca Rio Maior, Cidade do Desporto, que não existem ideias e projetos e que houve uma tentativa de limpar toda a obra de executivos anteriores. Afirmou que as pessoas são livres de dar opinião mas o que efetivamente se faz em todas as oportunidades é a promoção dos atletas das mais variadas modalidades e de Rio Maior como a cidade do desporto e lamentou este tipo de política que em nada beneficia o concelho de Rio Maior. Afirmou que a contrariar esta posição está o bom exemplo de gestão da Desmor e que vem no seguimento do trabalho feito em anteriores executivos que por sua vez deu continuidade a um trabalho desenvolvido durante muitos anos em prol da cidade do desporto e em prol complexo desportivo.

Evidenciou o trabalho de todos os que passaram pela gestão daquele complexo e referiu que as receitas próprias da empresa aumentaram em mais de 10% em relação a 2012 e que o crescimento relativo a 2010 é de 77%. Disse também que o peso do contrato-programa com o Município de Rio Maior é agora de 28,75% das receitas totais contra 51,23% referente a 2010 e uma diminuição de 4% em relação a 2012. Concluiu dizendo que estes dados realçam bem o trabalho desenvolvido pela administração e pelos trabalhadores da Desmor e o empenho de todos em fazer com que o centro de estágios e o complexo desportivo façam realçar o concelho de Rio Maior. -----

----- **DR. CARLOS COUTINHO - DIRETOR EXECUTIVO DA DESMOR, EEM** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Iniciou por agradecer a todos as palavras dirigidas à atual administração e trabalhadores da Desmor. Relativamente à intervenção do Vereador Carlos Alberto Nazaré Almeida disse aceitar a sua posição mas discorda da mesma porque foi já presente ao executivo outros documentos que foram aprovados por unanimidade e com declarações de voto favoráveis ao trabalho desenvolvido pela Desmor, nomeadamente o orçamento e o contrato-programa para 2014, até porque sendo uma posição legal esta foi prevista nos estatutos e a própria Desmor foi além da própria lei, que apenas refere que a Assembleia Geral é que aprova os documentos, fazendo constar nos estatutos que os mesmos sejam sempre objeto de decisão pelo executivo da Câmara Municipal antes da sua aprovação. Referindo-se à comunicação sobre aquilo que é o trabalho da Desmor admitiu que a descrição pode prejudicar de alguma forma a imagem da empresa e que este será um assunto a ter em consideração no futuro e reforçou que o ciclo de quatro anos encerrado a 31 de dezembro de 2013 revela a colaboração entre todo o executivo anterior, a quem agradeceu, atingindo-se o objetivo comum do futuro da Desmor. Agradeceu especialmente à Presidente e ao Vice-Presidente da Câmara a força e a confiança que depositaram e defenderam esta gestão. -----

----- **VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA** -----

----- Interveio para dizer que inicialmente foi crítico ao modelo de gestão encontrado pela Câmara mas que deu o benefício da dúvida e na devida altura, perante os resultados apresentados, fez o reconhecimento do excelente trabalho realizado sendo pública a sua postura em relação ao conselho de administração da Desmor. Reforçou o reconhecimento do trabalho desenvolvido ao longo do tempo e que continua, não estando nunca em causa o excelente trabalho da Desmor com o objetivo de diminuir a dependência da Câmara Municipal e de aumentar a eficiência em relação aos serviços

prestados. Afirmou que, não obstante o reconhecimento público que fez à gestão, em seu entender, retirar toda a decisão aos órgãos municipais acerca de uma empresa que nasceu na Câmara Municipal e teve os seus estatutos aprovados em Assembleia Municipal, representa uma diminuição do poder local. Por essa razão, e apenas essa, manifestou através da abstenção o facto de não se conformar que se assim seja e que se trata de uma tentativa de luta para que se volte ao regime anterior que em nada irá afetar o funcionamento da Desmor e possivelmente irá alargar o reconhecimento da excelente gestão por todos os órgãos do Município. -----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Disse que entendia a posição do Vereador Carlos Alberto Nazaré Almeida mas que, efetivamente, a Câmara continua a controlar o trabalho da Desmor porque o Conselho de Administração é composto também pelo Vereador João António Lopes Candoso, que tem o pelouro do desporto. Disse ainda, em relação à divulgação daquilo que a Desmor faz e os seus resultados, que a realidade é que, embora a maioria possa conhecer e concordar com o trabalho desenvolvido, aqueles que não o reconhecem e não concordam são aqueles que mais se ouvem e que acabam por abafar toda uma imagem que se procura passar, sabendo que quem está no exercício da gestão procura sempre fazer o melhor e apresentar os melhores resultados, quer seja a nível local, nacional e internacional. Agradeceu mais uma vez a todos os que colaboram direta e indiretamente para o desenvolvimento da Desmor, esperando que se continue a fazer mais e melhor. -----

----- (O Vereador João António Lopes Candoso ausentou-se da sala durante a votação por estar impedido de votar.) -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes com uma abstenção. -----

----- Declaração de Voto do **Vereador Carlos Alberto Nazaré Almeida**, que se transcreve na íntegra: -----

----- “A minha posição neste ponto foi de abstenção porque não me conformo que o órgão Câmara Municipal de Rio Maior apenas possa indicar o sentido de voto ao seu representante não sendo o assunto sequer presente à Assembleia Municipal, reconhecendo contudo o excelente trabalho feito na Desmor e plasmado neste relatório de contas.” -----

----- **PONTO XI – DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS E RELATÓRIO DE CONTAS CONSOLIDADAS DO ANO 2013** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos

disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é aprovar os documentos de Prestação de Contas e as Contas Consolidadas referentes ao ano de 2013, que se encontram elencados no Anexo I da Resolução nº. 4/2001 – 2ª. Secção do Tribunal de Contas e que foram integralmente elaborados e, nos termos, da alínea l) do nº 2 do art.º 24 da Lei 75/2013 de 12 de setembro e do n.º 2 do artigo 47.º da Lei n.º 2/2007 (Lei das Finanças Locais), submetê-los à apreciação e votação da Assembleia Municipal e, nos termos do ponto 2.7.3.1 do POCAL, submeter à aprovação da Assembleia Municipal a proposta de aplicação do Resultado Líquido do Exercício de 2013 constante do documento em apreço. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Iniciou por dizer que esta prestação de contas releva do ano de 2013 mas fecha também um ciclo eleitoral e nessa perspetiva os dados que aqui presentes devem ser vistos, numa perspetiva política e numa perspetiva eleitoral. Referiu que o documento está perfeitamente elaborado, honra aos trabalhadores da câmara municipal responsáveis, cumprindo a lei escrupulosamente e às vezes indo além dela disponibilizando informação para além da legalmente exigida, cumprindo a aplicação do PAEL e o plano de aplicação financeira ao pormenor. Continuou dizendo que a introdução do documento releva dois conceitos, o não aumento da dívida e a contextualização na crise internacional, sendo que a seu ver não se justifica esse exagero contextual já que o grande responsável pela crise são os portugueses e as políticas que foram aprovadas em Portugal, acabando por pagar aqueles que menos podem e têm. Seguidamente fez algumas considerações sobre o documentos nomeadamente um erro de redação no seu nome. No que respeita ao investimento disse que se verifica claramente num relatório deste tipo a intervenção remediativa, devido a duas situações concretas: as restrições do Governo ao poder local e a queda a pique das receitas desde 2011, acrescendo ainda a tentativa de redução do endividamento resultante da própria lei. Fez ainda notar que dos vinte e seis milhões e setecentos mil euros inicialmente previstos, o município arrecadou uma receita efetiva apenas de dezoito milhões o que significa que ficou abaixo dos 70% e que muito possivelmente, em seu entender, isto irá obrigar a que este instrumento previsional passe a ter uma base zero evitando empolamentos para manter o equilíbrio entre as receitas e as despesas e que depois não são exequíveis. Quanto aos dados apresentados chamou à atenção que as taxas de execução referentes ao ano de 2013 para a despesa foram de 66,9% e de capital 72% do previsto inicialmente e relevou que no plano plurianual de investimentos para 2013 o previsto era seis milhões,

novecentos e vinte e um mil e o executado não chegou a 50% tendo sido registada uma taxa de execução de 44%, e concluiu que uma de duas situações aconteceu, ou o que estava previsto era exagerado, numa lógica eleitoral, ou então não houve condições para o concretizar. Considerou que aquilo que é relevante é a taxa plurianual de investimento e que aquilo que se retira do documento é que este é um relatório remediativo, de uma política de gestão autárquica remediativa para uma política de um projeto autárquico pró-activo e de perspectiva no futuro. Referiu ainda a atividade de reconfiguração da administração, com investimento no que respeita à modernização administrativa, à requalificação dos meios e dos equipamentos e também de recursos com uma taxa de 75% o que considerou bastante aceitável. -----

----- Terminou referindo-se ao valor final das grandes opções do plano dizendo que o valor previsto era treze milhões de euros trezentos e trinta e quatro mil e o valor executado foi de sete milhões, ou seja, 59% do previsto, o que considerou politicamente relevante. Fez ainda notar que se percebem algumas tentativas de inovação no que respeita à análise concreta da degradação da condição social e de dar resposta a uma taxa elevadíssima de desemprego no concelho de Rio Maior com a colocação no aparelho da câmara cento e vinte e três CL, CL+ e estágios o que obriga também a saber gerir expectativas. Afirmou que esta acção pode ter uma leitura eleitoralista mas considerou que independentemente disso o importante é fomentar a ocupação e o trabalho que tão importante é para a auto estima pessoal não obstante os custos não só financeiros mas também de gestão de expectativas. -----

----- Realçou ainda a construção do Centro escolar n.º 4, a ampliação do Centro de Estágio e requalificação do campo de jogos e a construção, reconstrução e beneficiação dos troços da rede viária municipal que estava prevista mas que grande parte foi já concretizada em 2014. -----

----- Por fim disse que estamos em tempo de terminar com este tipo de programação, devendo o próprio poder local democrático, as suas leis e as leis vigentes, colocar a necessidade de ser rigoroso num tempo em que os orçamentos e os documentos deviam ser base zero. Afirmou que não sendo possível, a posição da CDU relativamente ao documento vai ser de abstenção e indicou três razões para isso: a primeira porque não participaram na gestão dele, a segunda porque este não seria o seu orçamento e plano de ação e em terceiro porque não altera em nada o que já foi feito. -----

----- **VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA** -----

----- Referiu que se trata de um documento de prestação de contas de excelente

qualidade, que do ponto de vista técnico e legal está tudo em conformidade e que se disso houvesse dúvidas está em anexo o parecer do revisor oficial de contas que atesta que a documentação está de acordo com as normas em vigor. Continuou dizendo que tem aspectos positivos apesar das dificuldades, apresenta taxas de execução no que diz respeito à despesa na ordem dos 69%, e no que diz respeito à receita de 72%. Também positivo considerou a redução do valor da dívida a fornecedores no que diz respeito a 90 dias e em relação a 2012 uma quebra significativa e também a redução da dívida global. Realçou que outro dos pontos positivos é o desempenho das entidades participadas e controladas pela Câmara, nomeadamente a Escola Profissional de Rio Maior e a Desmor, que apresentam resultados líquidos positivos ao contrário daquelas que são também participadas pela Câmara mas sobre as quais a Câmara não tem controlo que apresentam resultados líquidos negativos significativos, como é disso exemplo a Águas do Oeste com mais de três milhões e a Depomor em cento e quarenta mil. -----

----- Disse que a leitura política retirada deste documento é que a dívida foi reduzida, por obrigatoriedade governamental, pela imposição de restrições e a questão que verdadeiramente se coloca é se estando o Município melhor do ponto de vista financeiro se os munícipes riomaiorenses estarão efectivamente melhor. Questionou se efectivamente esta imposição que obrigou a Câmara a este tipo de gestão e se traduziu em resultados financeiros do exercício trouxe melhor condição de vida aos riomaiorenses e se conseguiu responder às suas expectativas. Disse ter sérias dúvidas porque essa imposição levou a cortes no investimento e, sem desmerecer o trabalho efectuado, evidenciou a diferença entre o que era previsto fazer-se e aquilo que foi feito e os cortes no investimento, grandes cortes no investimento. Por outro lado considerou ainda que existem também outras áreas que, em face dos cortes efectuados, não se consegue chegar como era desejável, como as áreas sociais, o apoio às pessoas, áreas que foram escassas tal como o apoio ao associativismo porque obviamente que o dinheiro não deu para tudo. Nesse sentido disse que o poder local que defende não é este e sim um poder local que a única tutela que aceita é a da legalidade e da transparência. Indicou que o seu sentido de voto não é favorável e sim de abstenção porque um poder local livre, independente, sem estes constrangimentos teria feito mais pelos riomaiorenses que tanto precisava neste momento de dificuldades. -----

----- **VEREADOR JOÃO ANTÓNIO LOPES CANDOSO** -----

----- Iniciou por dizer que esta prestação de contas é um documento claro, um documento detalhado, um documento rigoroso, tecnicamente bem elaborado, e que,

por isso, o que agora interessa fazer é uma análise política do mesmo. Disse que esta prestação de contas encerra quatro anos de gestão da coligação, que já foi sufragada pelos riomaiorenses em setembro do ano passado. Destacou três pontos: primeiro a diminuição das receitas durante os últimos quatro anos, realçando que foram quatro anos dominados pela grave crise económica que levou à diminuição das receitas municipais, fruto das dificuldades sentidas pelos riomaiorenses, pelos cidadãos, pelas empresas e o maior exemplo disso foi a redução das taxas de licenciamento de obras que constituía uma receita extremamente importante para a Câmara Municipal e para o desenvolvimento do concelho de Rio Maior; o agravamento das despesas e o aumento da taxa aplicável à iluminação pública, os cortes por parte do poder central às próprias autarquias que se traduziu numa diminuição de um milhão e duzentos mil em relação ao ano de 2009 e ainda os efeitos da Lei n.º 8/2012, a lei dos compromissos e pagamentos em atraso. Afirmou que a diminuição da receita foi um dos pontos marcantes para a Câmara Municipal nos anteriores quatro anos; segundo, disse que importa realçar a obra feita mesmo em situação de cortes. Salientou que a Câmara Municipal fez um mandato com muita obra, das quais destacou a requalificação urbana da cidade de Rio Maior, a eficiência energética do complexo desportivo, a ampliação do centro de estágio, a construção do pavilhão desportivo das Alcobertas, a construção do edifício da loja do cidadão, a construção do centro escolar de São João da Ribeira e das Fráguas, a construção e beneficiação da rede viária do concelho, que foi um investimento de vários milhões de euros e em grande extensão, sem esquecer a implementação do Centro de Negócios e Inovação de Rio Maior e a manutenção do financiamento às freguesias. Acrescentou ainda que a aquisição de bens de capital ou seja o investimento entre 2010 e 2013 foi de cerca de dezassete milhões de euros, sendo em 2013 de aproximadamente três milhões, o menor valor dos quatro anos, o que quer dizer que não houve, no ano de 2013, uma política eleitoralista e os riomaiorenses entenderam isso; terceiro, disse ser importante realçar a diminuição da dívida em quatro anos em 25,5% ou seja, a dívida diminuiu cerca de seis milhões de euros, passou de cerca de vinte e seis milhões e meio de euros para dezanove milhões e setecentos mil euros, diminuição que no ano de 2013 foi de novecentos e trinta e nove mil euros. Acrescentou que mesmo com esta extraordinária diminuição, a dívida existente hoje não é ainda uma dívida sustentável para o Município de Rio Maior na atual conjuntura, era sim uma dívida que era suportável em outro tempo, mas que hoje não é suportável e em sua opinião, para haver sustentabilidade, a dívida de estar abaixo dos dez milhões de euros e que só com

essa redução continuada é que no futuro poderão existir umas finanças do Município sustentáveis e consequentemente que possam garantir o bem-estar dos riomaiorenses. Referiu que o endividamento da Câmara, neste momento, é na ordem dos dezanove milhões de euros e está ao nível do endividamento que a Câmara tinha em 2004, ligeiramente inferior ao que era em 2004. -----

----- Deu ainda conta de um dado técnico que considera de grande importância que é o facto de o endividamento líquido ter atingido o valor de quatro milhões e trezentos mil euros, ficando abaixo do limite estabelecido na lei, que é de seis milhões e seiscentos mil e revela que a Câmara tem as suas contas em termos de endividamento líquido abaixo daquilo que a lei permite, o que considerou notável e um dado político extremamente importante. Afirmou que isto só foi possível com muito trabalho, com muita dedicação, com uma gestão rigorosa e eficiente onde foi necessário encontrar novas formas de gestão, novas parcerias, novas cooperações entre entidades, seja freguesias, associações, e mesmo com outras câmaras diminuindo muitas vezes o investimento que seria necessário fazer em determinados eventos. Concluiu dizendo que todas estas ações permitiram fazer mais com menos recursos e essa sim foi a grande obra do executivo dos últimos quatro anos. -----

----- Terminou dizendo que com uma execução orçamental na ordem dos 70%, tanto da receita como da despesa, a Câmara Municipal apresenta uma boa taxa de execução especialmente na conjuntura atual. Deixou ainda uma palavra final de apreço a todos os funcionários pelo trabalho que fizeram na elaboração deste instrumento com grande qualidade e rigor técnico. -----

----- **VEREADOR CARLOS FERNANDO FRAZÃO CORREIA** -----

----- Começou por fazer um agradecimento a todos aqueles que colaboraram na elaboração do documento que mais uma vez é de grande qualidade e tem a ver com o trabalho feito não por uma pessoa mas por um grupo de pessoas e considera que só assim é que se tem conseguido ao longo dos anos salvaguardar os interesses do Município. Continuou dizendo que é evidente que quando comparamos os dados de uma conta de gerência com os de um plano e orçamento se estão a comparar duas situações totalmente dispares, um plano e orçamento, como o nome indica é uma mera hipótese de trabalho que na altura em que está a ser elaborado se tenta ter a sensibilidade de uma realidade possível que tem um desfasamento de dez a doze meses relativamente ao momento a que é feita a conta de gerência. Considerou que é muito difícil fazer esta previsão especialmente quando ao logo do tempo o poder local tem sido sistematicamente atraído pelo poder central no sentido em muita legislação tem saído alterando situações previstas. Afirmou que mesmo com estes

condicionantes conseguir diminuir a dívida e atingir um índice de execução do PPI de 50% é muito favorável havendo inclusive um aumento do investimento no último mandato quando comparado com mandatos anteriores, sem que para isso se tenha aumentado impostos e taxas, o que legalmente poderia ter feito. Referiu que embora tenha sido opção do executivo não serem aplicadas novas taxas ou atualizadas as existentes, isso não quer dizer que tal não possa vir a acontecer por força das privatizações em especial no setor da recolha dos resíduos. Para além disso lembrou ainda que o Município tem vindo a acumular saldo negativo no que respeita às despesas com água, saneamento e resíduos, ou seja, no ano de 2013 o saldo negativo que rondou cerca de quinhentos mil euros, o que leva a ponderar a aplicação das diretivas do ERSAR em que as receitas tem que igualar as despesas, por falta de alternativas. -----

----- Lembrou ainda o contrato praticamente imposto pela Águas do Oeste que tem vindo a lesar o Município e que até há data não foi possível alterar. Reafirmou que o investimento teve uma execução de cerca de 50% e que se tivesse sido possível executar os investimentos que estão a decorrer no ano de 2014 estar-se-ia a falar de uma taxa de execução de cerca de 83%. Por fim disse que o executivo está de parabéns pelas contas equilibradas, por poder continuar a investir, continuando com a missão de reduzir a dívida que, a seu ver, só se conseguirá com muito boa vontade, esforço e colaboração de todos. Por fim salientou que este trabalho foi possível também em grande parte devido ao empenho e esforço de todos os trabalhadores do município e provavelmente sem eles os números não seriam os apresentados. -----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Disse que aquilo que também desejava era exatamente um orçamento zero em que não tivessem que ser levado em consideração todos os compromissos anteriormente assumidos para que, em cada mandato, se conseguisse cumprir com todos os compromissos assumidos, mas que a verdade é que os compromissos existem e têm que ser honrados. -----

----- Quanto à afirmação de os riomaiorenses não estarem melhor, afirmou que essa situação não é por via do município, já que não houve aumento do IMI, não foram revistas as taxas da água e dos resíduos, não foi taxado o estacionamento nem coberto nem à superfície, para além de um conjunto de outros serviços que se conseguiu no âmbito do ensino, designadamente das refeições e dos prolongamentos, contemplando famílias socialmente e economicamente mais desfavorecidas. Referiu que também foi dado todo o apoio a instituições de cariz social nos seus investimentos e que foi também realizado um grande investimento na rede viária do concelho. Disse

que foram desenvolvidos um conjunto de investimentos reconhecidos pelos riomaioreses, atento o resultado eleitoral em setembro de 2013, onde demonstraram que o modelo de gestão do anterior executivo teve o expresso apoio dos riomaioreses. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes com duas abstenções. -----

----- **PONTO XII – PROJETO DE REGULAMENTO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO CIVIL** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é aprovar o projeto de regulamento proposto nos termos da alínea k) do n.º 1 do artigo 33º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Disse que mais uma vez volta a usar o método em que juridicamente se entende que não havendo obrigação não se faz discussão pública e questionou se o voto é para permitir a discussão pública ou se é para aprovar o regulamento em si. Registou o facto de se tratar de um trabalho elaborado por um estagiário o que revela que ainda há gente nova com muita vontade de resolver problemas antigos. -----

----- **VEREADOR JOÃO ANTÓNIO LOPES CANDOSO** -----

----- afirmou que a lei define que em cada Câmara Municipal deve haver um Serviço de Proteção Civil e que deve haver um plano municipal de emergência de proteção civil que é um documento fundamental em caso de catástrofe ou em caso de emergência para se saber como o serviço de proteção civil do concelho atua e portanto e nesse plano que está tudo definido desde a tipificação dos riscos às medidas de proteção a adotar e à distribuição de responsabilidades. Informou que o plano está já numa fase adiantada de elaboração e que aquilo que hoje vem a aprovação é o regulamento interno do Serviço Municipal de Proteção Civil, o seu funcionamento, a sua gestão e a sua estrutura. -----

----- Esclareceu que se trata de um regulamento interno que é aprovado pela Câmara Municipal, não necessita de ir à Assembleia Municipal e não necessita de discussão pública. Realçou que este é um documento fundamental na definição do funcionamento da Comissão Municipal de Proteção Civil que é fundamental para accionar os processos para a execução do plano de emergência municipal. Salientou a importância dos técnicos na execução deste documento, na execução do plano municipal de emergência e em todas as ações que têm sido desenvolvidas no âmbito da proteção civil. -----

----- VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO -----

----- Disse que a explicação dada não inibe a sua reserva relativamente ao parecer jurídico não que este viole a lei mas é uma questão de metodologia porque não obstante ser de eficácia interna para operacionalizar os procedimentos ele não envolve só pessoas da autarquia, ou seja, a composição do concelho municipal de proteção civil envolve outras entidades. Relevou novamente a sua atitude face a este procedimento e embora considere que já devesse estar feito há muitos anos continua a achar que deveria ter discussão pública pelo facto de haver uma relação de pertença afectiva no envolvimento das pessoas e embora a lei não obrigue a fazer discussão pública fazê-la iria envolver as pessoas no procedimento e identificar-se com ele. -----

----- VEREADOR JOÃO ANTÓNIO LOPES CANDOSO -----

----- Disse que as dúvidas apresentadas também foram as suas e que inclusive teve dúvidas se o regulamento não teria que ir à Assembleia Municipal mas que colocadas as dúvidas aos juristas, estes reiteraram a sua posição de que não havia essa obrigatoriedade legal. -----

----- VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO -----

----- Disse que a sua opinião nada tem a ver com as diversas interpretações, a lei permite essas interpretações, mas afirmou que tem o direito do ponto de vista político de reservar a sua opinião e a opinião da Coligação Democrática Unitária que é que do ponto de vista metodológico devia ser colocado a discussão pública e colocando a discussão pública obviamente devia ir à Assembleia Municipal. Disse ainda que esta questão tem a ver com uma prática política que está a verificar-se em Portugal que é tornar tudo administrativo-burocrático protegendo as decisões com pareceres jurídicos. Indicou o sentido de voto de abstenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes com uma abstenção. -----

----- **PONTO XIII – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECOLHA DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS NO CONCELHO DE RIO MAIOR – REVISÃO DE PREÇOS – FATURA N.º 170000165 DE 30/09/2013** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é autorizar a despesa da revisão de preços referente à Fatura n.º 170000165 de 30/09/2013 da Prestação de Serviços de Recolha de Resíduos Sólidos Urbanos no Concelho de Rio Maior, no valor de 6 145,10€ acrescido de IVA à taxa legal em vigor. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **PONTO XIV – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECOLHA DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS NO CONCELHO DE RIO MAIOR – REVISÃO DE PREÇOS – FATURA N.º 1700002654 DE 31/12/2013** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é autorizar a despesa da revisão de preços referente à Fatura n.º 1700002654 de 31/12/2013 da Prestação de Serviços de Recolha de Resíduos Sólidos Urbanos no Concelho de Rio Maior, no valor de 5 164,66€ acrescido de IVA à taxa legal em vigor. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Nos termos do n.º 5 do artigo 27º do Regimento de Funcionamento da Câmara Municipal, propôs a aprovação em minuta dos assuntos aprovados na presente reunião. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

----- Todas as intervenções do público foram transcritas na íntegra. -----

----- **SENHOR JOÃO NARCISO VERDE DA COSTA – VALE DE ÓBIDOS - RIO MAIOR** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- “Em relação à questão da Rua D. Afonso Henriques é na sequência daquela questão já levantada no mês de novembro de 2013 concretamente em relação quer a montante quer a jusante daquele passeio que está na zona da Farmácia Paulino, qual o ponto de situação. Uma segunda questão prende-se com Vale de Óbidos concretamente com a Rua das Sesmarias com os alcatroamentos desta mesma rua e a circundante que faz ligação à antiga Estrada D. Maria. Só deixar aqui esta preocupação que eu acho que a devo colocar. De facto os alcatroamentos são bem vindos, foram muito bem colocados sem dúvida nenhuma, mas estamos a falar de uma rua que quase na totalidade da sua extensão, e se a memória não me traiçoa, a canalização que abastece aquele local é de lusalite. Estamos a falar de uma canalização seguramente com trinta e dois anos. A última questão, ainda na sequência daquilo que foi a minha última intervenção aqui na última sessão de Câmara no mês de março, em relação concretamente ao Alto da Serra e que na altura não tive oportunidade de responder em relação áquilo que o senhor Vice-Presidente me respondeu e queria reafirmar uma vez mais isto, Senhor Vice-Presidente e

restantes membros do Executivo, as minhas palavras podem ser interpretadas como entenderem, têm todo o direito e toda a liberdade, aquilo que eu digo assumo, espero nunca em momento algum ter ofendido alguém, e se o fiz peço desculpa, mas quando o Senhor Vice-Presidente me refere o gabinete técnico do LNEC eu quero só dizer o seguinte: errar é humano e o LNEC não deixa de ser um corpo de gente humana e que tem montes de erros no nosso país, portanto eles não são virgens em nada como nós, todos os que aqui estamos não somos. Portanto eu não tenho medo das palavras, quero só que isto fique claro, não tenho medo das palavras e daquilo que afirmo e já agora em relação ao local eu da outra vez não medi, mas penso que estamos a falar de centímetros, em relação ao outro desabamento e ao atual desabamento estamos a falar de centímetros. Com isto não estou a querer por em causa absolutamente ninguém nem nada, o que eu gostava era que todos nos empenhássemos também e que assumíssemos todos a nossa quota de responsabilidade, porque temos todos responsabilidade e aquele é um local critico, já foi em setenta e nove quando realmente a Nacional 1 funcionava e teve que fazer o que se fez e a gente sabe que aquilo, enfim, tem tudo a ver com toda aquela exploração que em tempos existiu a montante se quisermos, esta é a minha opinião não sou nenhum técnico qualificado mas foi uma área que felizmente me trouxe a Rio Maior, que foi a pesquisa mineira, as sondagens e a execução de muito trabalho nessa área, foi essa a minha vinda em 1970 para Rio Maior, pelo que eu faço deste concelho e digamos desta cidade a minha razão de ser.” -----

----- REPRESENTANTE DOS MORADORES DA RUA FERNANDA CUNHA FIGUEIREDO E RUA DA BOAVISTA - RIO MAIOR -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- “Eu venho aqui em nome dos moradores da Rua Fernando Cunha Figueiredo e Rua da Boavista em Rio Maior derivado aos vários acidentes que se dão constantemente naquela via e vinha propor à Senhora Presidente, porque eu já me dirigi a esta câmara em tempos ao senhor que pertence ao pelouro para ir lá ver o que se passava mas ele respondeu-me de uma maneira diferente, e eu hoje tive que vir aqui expor a coisa, porque ainda há muitos poucos dias se deu lá outro acidente. Tem sido só chapa, mas a chapa também custa dinheiro, e eu venho aqui, em nome de todos os moradores, pedir à Senhora Presidente se poderia tomar conta da ocorrência e mandasse alguém do pelouro da câmara do trânsito lá ver como deve de ser para ver se podia por sinais naquilo porque a mim já me bateram lá três vezes, eu sou o maior lesado naquela rua e há dias foi um vizinho meu também lá na mesma rua foi a

mesma coisa. Eu agradecia à senhora Presidente em nome dos moradores a verificação da situação.” -----

----- **SENHOR NUNO FERREIRA LUCAS - RIO MAIOR** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- “Senhora Presidente, pretendo apresentar três assuntos, um deles é recorrente, os outros dois vão um pouco no seguimento do que foi dito. Um é sobre as atas e neste momento quero reconhecer à Dr.^a Lurdes as atas que foram apresentadas ultimamente gostei do que vi. De facto é bom nós lermos a ata e termos a sensibilidade do que aconteceu na reunião daquela respetiva ata. Não retiro com isto o que comentei há um mês ou dois atrás sobre as atas de julho do ano passado até dezembro mas reconheço que realmente quando se quer ou quando há oportunidade podem-se fazer bons trabalhos e são trabalhos que ficam para o futuro. Reconheço este valor e agradeço. Outra situação é sobre a estrada por trás das marinhas, chamada estrada por trás dos escombos, para nossa localidade. Da última vez referi um pouco sobre isso, eu não venho aqui mandatado por ninguém, simplesmente como cidadão como passei ali muita vez e continuo a passar agora de forma diferente, ouvi a resposta do Senhor Vice-Presidente que os parques tinham ali um bocado de influência e estavam a criar dificuldade, mas Senhor Vice-Presidente já aconteceu situações iguais, já houve aí queda de muros, já houve ali abatimentos de estradas, há inclusivamente proprietários que já fizeram muros de encosto, de suporte de terras na zona das marinhas e o parque nunca criou ali qualquer dificuldade na execução dessas obras, portanto pode haver outros argumentos, pode haver o não querer fazer, pode haver o não ter interesse, mas de facto essa desculpa ali acho que não assenta bem e mais uma vez gostava de ver aquele troço de estrada realmente recuperado, não tem que ser alcatroado, mas que se permita lá passar normalmente. A outra questão é a questão de fundo realmente sobre a ligação da Avenida Mário Soares com a Rua da Paz. Eu fui chamado para este processo, como fui chamado para este processo também não o quero abandonar. Tem-se dito muita coisa, tem-se ouvido muita coisa. Ultimamente, na última reunião de Câmara ouvi a posição do Senhor Vereador Carlos Nazaré e realmente aquela posição marcou um pouco. O Senhor Vereador Carlos Nazaré ficou com um problema de consciência. Senhor Vereador, eu quero dizer que não tenha problemas de consciência por isso, por ter defendido em determinada altura que devia de haver um consenso, que devia de haver um entendimento correto entre as partes, porque o senhor Vereador sabe muito bem que a culpa daquela obra não estar feita não é por o Senhor ter interferido no sentido do consenso, foi simplesmente porque da parte de quem deve fazer nunca houve a

vontade de realmente realizar aquela obra. E não haver vontade da parte deles em fazer aquele investimento a mim não me choca muito, agora o que me choca é haver na Câmara Municipal alguém que realmente é cúmplice de tudo isto, alguém que realmente sempre esteve de um lado e nunca esteve do outro. Enquanto o Senhor teve a manter algum consenso no executivo, eu também tive a fazer o meu trabalho para que realmente existisse consenso, eu dei os meus passos, obrigaram-me quase a isso e obtive algum consenso e obtive alguns resultados só que esses resultados não foram validados pela Câmara e é esta Câmara que realmente está de um lado e não está do outro. Eu não percebo como é que se foi capaz de elaborar o protocolo da forma que foi elaborado, eu não sei onde é que estavam os serviços técnicos da câmara nessa altura, eu não sei onde é que estavam os serviços jurídicos da câmara nessa altura para permitir que uma empresa privada apresentasse na câmara um projeto em cima de um terreno que não lhe pertencia e eu faço uso, permita-me Senhor Vereador Figueiredo, que use um pouco as suas palavras que disse há pouco, nós dá impressão que já não somos donos daquilo que temos, há sempre alguém por cima que nos quer açambarcar, que nos quer por de lado, Senhor Figueiredo desculpe usar a sua expressão mas essa expressão realmente assenta bem também aqui, há sempre alguém que nos quer passar por cima. Eu gostava de ver este assunto debatido com clareza, gostava de ver este assunto debatido com as pessoas que estão envolvidas nele para limar tudo isto. Muitos erros se cometem, cometerem-se erros é a coisa mais natural, aquele protocolo foi aprovado de uma forma, quem o aprovou não sabia o que lá estava escrito, a Senhora Presidente assinou aquele protocolo sem saber o que é que lá estava escrito, já reconheceu tudo isso, isto é manifestamente do conhecimento de todos, no entanto há uma força não sei de onde que impede que as coisas aconteçam e aconteçam no sentido positivo para Rio Maior. É um investimento de uma empresa privada, é um investimento que essa empresa deve a Rio Maior e eu não percebo como é que o executivo da Câmara deixa perder tudo isto.” -----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- “Antes de passar a palavra ao Senhor Vice- Presidente para poder dar mais algum esclarecimento das questões que foram apresentadas eu gostaria só de dizer aos representantes dos moradores da Rua Fernanda Cunha Figueiredo que está agarrado o processo, da parte da comissão de trânsito irão proceder, julgo que há algum trabalho que já está feito, e depois teremos oportunidade, numa situação que nos possamos encontrar ou se queiram dirigir à câmara, antes de se avançar poder esclarecer também o que se pretende fazer. -----

----- Ao Senhor João Narciso o Senhor Vice- presidente já dá resposta. -----

----- À questão do Nuno Lucas, primeiro, eu acho interessante quando os munícipes se preocupam com a qualidade dos serviços do Município e referiu-se à qualidade das atas, acho bem que se tenha retratado hoje porque noutras situações foi um pouco indelicado e inconveniente perante os serviços e perante quem elabora nomeadamente as atas e acompanha a reunião de Câmara. A questão da estrada das marinhas julgo que o Senhor Vice Presidente vai falar sobre a questão do Parque, sabe tão bem quanto eu que a estrada por trás dos escombos da marinha, que aquilo está inserido no plano de ordenamento do território do Parque e quando diz “não digo que tenha que ser alcatroada” evidentemente que eles nunca iriam autorizar que aquilo fosse alcatroado, agora quando se falou em determinada altura no parque é porque no âmbito do plano de ordenamento do território do parque eles não autorizam que haja um alargamento de mais de X metros daquela via. Nós sabemos bem, se lá passou eu também lá passei durante muito tempo, também gosto de ver e gostava de ver aquilo requalificado, se ainda não foi é porque não foi possível, será assim que for possível. -----

----- Sobre a questão do protocolo que se refere, dizer que a Presidente da Câmara já reconheceu que tinha assinado uma coisa sem saber é só para lhe dizer que eu confio plenamente nos meus serviços da autarquia, quem está e quem esteve, e aquele protocolo, e não há documento nenhum que venha à Câmara que seja elaborado por mi ou pelo executivo, mas sim pelos serviços que como sabe e tem acompanhado sobejamente, tem tempo para isso, sabe que todos os documentos que vêm à Câmara são preparados pelos serviços nomeadamente com o apoio jurídico que tem que ter e essa é a nossa salvaguarda. Aqui ninguém tem um mandato, os riomaiorenses que nos deram os mandatos a cada um dos seis elementos que aqui estamos, ninguém o recebeu para o perder de ânimo leve ou por vontade própria. Não admito que não possa ter cometido erros ao longo dos quatro anos que passaram e mais estes seis meses deste mandato, agora se os cometi certamente não foi por vontade própria foi claramente por desconhecimento. Quanto ao protocolo que assinei, só assinei porque represento este executivo, foi um assunto que veio à reunião de Câmara, a partir do momento que está autorizado e que está aprovado quem representa sou eu, se não eu, alguém em minha substituição, razão pela qual eu assinei. É claro que se veio, aquele protocolo foi elaborado e sabe bem que sim, foi elaborado à época do Dr. Paulo Dias Jorge salvo erro, em quem eu confiava tal como confio hoje em quem está à frente do nosso Gabinete Jurídico. Dizer-lhe que o assunto está em análise, está a

ser trabalhado e que o desejo que eu tinha de ver esse assunto resolvido seguramente era maior que o seu ao dia de hoje. E ainda lhe digo mais, posso estar enganada mas julgo que não, as considerações que teceu inclusive para o Senhor Vereador Dr. Carlos Nazaré, que certamente vai querer intervir, eu pedia que me auxiliassem, eu julgo que já foi o executivo anterior que revogamos uma deliberação de Câmara que tinha a ver com o projeto da instalação, portanto nós fizemos a revogação da aprovação de um projeto que já tinha sido aprovado pelo anterior executivo, que eu, salvo o erro, e julgo que não estou enganada, que já estava precisamente assente na parte do seu terreno, portanto ele foi revogado no mandato anterior porque tinha sido aprovado ainda no outro mandato, eu acho que não estou enganada, que contemplava já ser implantado no terreno do Senhor Nuno Lucas.” -----

----- **VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA** -----

----- “ Eu só queria dizer, porque o Senhor Nuno Lucas me citou, queria apenas dizer-lhe o seguinte: de facto aquilo que manifestei numa das últimas reuniões de Câmara, que eventualmente tinha problemas de consciência, continuo a tê-los, e continuo a tê-los cada vez mais e até na sequência das intervenções que vai fazendo sobre este assunto. E vou-lhe dizer o seguinte: os interesses que jurei defender nesta casa, nesta e noutras da minha vida pública de trinta anos, foram sempre os interesses do concelho de Rio Maior, esses foram os superiores interesses que me movimentaram. E, nesse sentido, quando eu disse que tinha dúvidas e tinha problemas de consciência porque se calhar se não fosse a minha intervenção o problema estava resolvido, continuo a tê-los porque quando prepusemos que o assunto da expropriação parasse e que fossemos pela via do diálogo e tentássemos encontrar soluções, eu acreditava efetivamente que se encontrasse uma solução e empenhei-me, e empenhamo-nos, à procura de soluções e tivemos soluções capazes de serem seguidas, em consciência achei uma burrice, passo a expressão, não se aproveitarem essas oportunidades que se criaram, e não se aproveitaram, e hoje não se aproveitaram as oportunidades e a obra não está feita. Se porventura tem avançado a expropriação os tribunais tinham resolvido quem é que estava prejudicado, eles existem para esse efeito e a obra estava feita e os tribunais teriam resolvido. Eu na minha boa intenção, na procura do consenso, na ideia de que o poder de Estado não deve esmagar o interesse dos particulares, se calhar não prejudicou o interesse dos particulares mas prejudicou o interesse público, aquele que é a primeira causa porque eu aqui me sento. Era só o que lhe queria dizer e sobre este assunto digo-lhe mais, citado diretamente é favor que não mo faça mais porque eu respondo pelo órgão executivo que estou, e sobre este assunto já se tomou o compromisso de se procurar solução e a solução há-de vir aqui

em tempo oportuno é isso que estamos todos empenhados e é esse consenso que existiu. Não aceito pressões nenhuma sobre este assunto na minha pessoa de uma vez por todas.” -----

----- VEREADOR CARLOS FERNANDO FRAZÃO CORREIA -----

----- “Relativamente às questões do Senhor João Verde da Costa, a Rua D. Afonso Henriques penso que durante o mês de maio vão ser feitos os passeios em falta. É assim, para se fazer obras é preciso dinheiro e enfim já falamos sobre a conta de gerência e o dinheiro é escasso. Relativamente ao Alto da Serra, isto não é nenhum braço de ferro, eu pessoalmente respeito o Laboratório Nacional de Engenharia Civil, não digo que sejam perfeitos, eu não sou perfeito, você não é perfeito, ninguém é perfeito, mas importante é que neste momento está a decorrer o concurso para a elaboração do projeto para a obra ser novamente feita e depois o São pedro consoante mandar mais ou menos chuva cá estaremos para ver nas próximas décadas se será ou não a última intervenção, mas o importante é termos capacidade para fazer a intervenção e/ou as intervenções. Quanto às sesmarias, o alcatroamento está feito, nós estamos conscientes da conduta, ou fazíamos alcatroamento e aproveitávamos os fundos comunitários ou não se aproveitavam e a Câmara obviamente não tem dinheiro para fazer uma coisa e outra. Pensei que iria falar na ponte, a mim preocupa-me muito mais aquela ponte caótica que lá está do que propriamente a água porque rebentamentos há em todas as condutas, novas, velhas, em lusalite, em ferro, em PVC, hidrólito, etc., portanto assim que a empresa Golden Fibra conclua a ligação e faça a estação de tratamento, vamos fazer uma intervenção na ponte para fortificar e alargar a ponte. Neste momento o que me preocupa efetivamente é a ponte devido a algum acidente que possa haver agora que o piso está melhorado. Quanto aos sinais já saíram os senhores mas dizer que na Comissão de Trânsito em 2013 foi aprovado dois sentidos, um sentido único no sentido Rui electricista, digamos assim, até chegar ao Alto Pina e depois na Rua da Boavista no sentido descendente, isto tem lógica porque vimos da 6 de Novembro, sobe-se e segue-se sempre em frente até ao Carlos Madeira, até chegar até onde morava a D.^a Fernanda ao Alto Pina, no sentido descendente a Rua da Boavista em que o estacionamento obviamente vai ter que ser restringido e uma das coisas pelo qual ainda não avançou a colocação de sinais é que as pessoas querem tudo. O que é legítimo. Querem o trânsito ordenado mas querem o estacionamento dentro de casa, isto é difícil compatibilizar estas duas situações. Relativamente ao Senhor Nuno Lucas abstenho-me de fazer comentários. As pessoas são livres de dizerem aquilo que querem a partir do momento que não ponham em causa a honra e a dignidade dos

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 22 DE ABRIL DE 2014

outros. Penso que às vezes o bom senso deve imperar sobre uma certa fluidez de linguagem porque eu, como todos os meus colegas, somos vereadores, somos eleitos e o facto de sermos eleitos não temos que estar sujeitos a ouvir todas as insinuações que quem quer faça e a seu tempo o assunto virá à Câmara.” -----

----- ENCERRAMENTO -----

----- Quando eram treze horas e quarenta e cinco minutos, a Presidente da Câmara Municipal deu por encerrados os trabalhos da presente reunião, da qual, e para constar, se lavrou minuta parcial para efeitos imediatos e a presente ata que vai ser apresentada na reunião seguinte para aprovação global, assinada pela Presidente da Câmara e por mim, Maria de Lurdes Martins Violante, Chefe de Divisão da Unidade Administrativa e Recursos Humanos, que a redigi. -----

A PRESIDENTE DA CÂMARA: _____

A CHEFE DE DIVISÃO DA UNIDADE ADMINISTRATIVA E RECURSOS HUMANOS: _____